



Anais da Assembléia

Nºs 51 e 52

CURITIBA, 20 E 21 DE MAIO DE 1976

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 74.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1976.

QUINTA FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Accioly Neto e Leopoldo Jacomel.

Às 14,00 é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Quielse Crisóstomo, Aguinaldo Pereira Lima, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Fabiano Braga Cortes, Ivan Rüppel, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi e Otássio Pereira. (8)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Não há expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 173/76, veto aposto ao Projeto de Lei n.º 87/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que dispõe sobre a dedução das alíquotas do ICM, incidentes sobre o valor das propostas apresentadas por empresas sediadas no Paraná em confronto com propostas de empresas de outros Estados. Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto, por unanimidade. Encerrada a discussão — Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o veto.

OFÍCIO N.º 46/76.

Curitiba, 19 de abril de 1976.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício n.º 02/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 87/75, por julgá-lo contrário aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Dispõe o autógrafo sobre a dedução nas licitações realizadas pelos órgãos da administração direta e indireta da alíquota do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM, com base

no valor das propostas apresentadas por empresas sediadas no Estado do Paraná, cujo abatimento será considerado no confronto com as propostas das empresas sediadas em outros Estados.

3. Embora meu Governo veja com simpatia a intenção do Legislador, o Plano de Lei em questão não pôde merecer acolhimento em face da maneira ampla e genérica como está lançada a matéria, o qual, se acatado fosse, poderia vir ensejar múltiplas interpretações, com sensíveis prejuízos à boa exequibilidade de medida.

4. Por outro lado, vale ressaltar que o Governo do Estado, preocupado em equacionar devidamente o assunto, determinou aos órgãos competentes os necessários estudos nesse sentido, os quais vem sendo procedidos com observância, inclusive, da experiência de outros Estados e bem assim do pensamento dos Tribunais que tenham proferido decisões sobre a matéria. Tão logo tais estudos estejam concluídos serão propostos os atos formais e adotados os procedimentos administrativos pertinentes.

5. Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 75.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1976.

QUINTA FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Luiz Carlos Zuk,

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Leopoldo Jacomel (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Fabiano Braga Cortes, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira e Quielse Crisóstomo (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. ENÉAS FARIA (Para discutir).

Sr. Presidente, tão somente para solicitar à Mesa, que determine a necessária correção, na Ata, no que se refere ao meu nome parlamentar e que, aproveitando o ensejo, determine a Redação de Atas e a outros setores da Casa que manipulam com os nomes parlamentares, que, redijam, doravante, com efetividade, o meu nome parlamentar nos documentos oficiais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Será retificada a Ata, nobre Deputado.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para discutir). Sr. Presidente, apenas e tão somente para formular a mesma queixa que acaba de ser proferida pelo nobre Deputado Enéas Faria, com referência ao nosso nome parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). A Mesa mandará corrigir. Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1.º Secretário procederá à leitura do expediente.

MENSAGEM:

Mensagem n.º 46/76.

Curitiba, 6 de maio de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Governo do Estado a lavrar convênio com o Estado de S. Paulo, objetivando eleger o Juízo Arbitral para dirimir controvérsias sobre a linha que define seus limites inter-estaduais, e indicar como mediador o Excelentíssimo Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República.

É tradição em nosso direito internacional a solução dos problemas territoriais pelo caminho do juízo arbitral. Assim resolveu o Brasil suas questões de fronteira. A do Amapá terminou com a sentença prolatada, em 1900, pelo Presidente da Suíça, Walther Jauser. Victor Emanuele, Rei da Itália, decidiu nossos limites com a Guiana Inglesa, e a questão das Missões teve no Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos, seu mediador.

Seguindo exemplos históricos, os Estados da Federação encontraram no arbitramento do Presidente da República igual remédio para evitar litígios judiciais sobre a fixação de seus rumos divisórios.

A fronteira do Estado do Paraná com S. Paulo, na porção atingida pela Serra Negra, no maciço da Serra do Mar, face ao laconismo dos documentos primitivos e imperfeições técnicas dos posteriores, sempre preocupou as respectivas administrações. A solução veio com o laudo arbitral do Doutor Eptácio Pessoa, exarado em 25 de junho de 1920.

Há, no entanto, necessidade de serem solucionadas algumas controvérsias, portanto, anos depois da lavratura daquele laudo presidencial, alguns setores da administração paulista, dando interpretação unilateral sobre o exato traçado da linha divisória, praticaram atos possessórios em terras paranaenses. Tal fato deu ensejo para que, em 1961, no Legislativo Estadual fosse instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, da qual resultou o magnífico trabalho do professor Reinhard Maack, especificando, detalhadamente, os acidentes geográficos indicadores de nossa linha divisória na região da Serra Negra, estudo esse que foi impugnado pela sub-comissão de Geologia do Estado de São Paulo.

Não convém ao Paraná que opiniões, análises ou interpretações sobre uma decisão já cinquentenária, perturbem o bom relacionamento político-administrativo que nos une ao povo paulista. Por isso, e também para se evitar a ampliação e os

efeitos de uma polêmica de consequências imprevisíveis, os Governador Parigot de Souza e Laudo Natel, em maio de 1973, convidaram o Presidente Emílio Médici para, com árbitro, dirimir o questionável.

Terminado o mandato presidencial surgiu a indagação para saber se o convite feito ao Supremo Magistrado para servir de mediador tinha caráter pessoal ou valeria como endereçado à Presidência da República. Entendeu o Itamaraty e também a Doutra Consultoria Geral da República que: “se o Presidente for escolhido árbitro se-lo-á em caráter pessoal, e não em função do cargo, dentre cujas atribuições constitucionais e legais, aquela não se inclui, e arbitraré como cidadão, e não como autoridade”.

Ocorre, no entanto, que o ex-Presidente declinou da deferência, daí a idéia de renovar-se o convite, fazendo-o agora, na pessoa do Presidente ERNESTO GEISEL. Entendeu o mesmo órgão consultivo da República que “antes de colocarse o problema em termos de decisão por arbitragem, é de exigir a manifestação prévia do corpo legislativo de ambos os Estados”, porque “a instituição do juízo arbitral supõe o compromisso e o compromisso implica necessariamente em transigir, alienar, renunciar, dispor, enfim, de direitos em antecipada conformidade com a decisão do laudo”.

Assim, para que os Governos dos Estados do Paraná e de São Paulo possam assinar convênios de arbitragem, já propostos pelo Governo daquele Estado através de sua Secretaria da Justiça, visando sejam aviventadas certas situações topográficas na fronteira comum, impõe-se, preliminarmente, autorização dos respectivos Poderes Legislativos.

A decisão que se espera terá força de sentença demarcatória, e através dela será possível a fixação dos rumos definitivos já delineados no laudo de Eptácio Pessoa.

A importância de se colocar fim à controvérsia é tão evidente que dispensa qualquer argumentação, principalmente quando se sabe que o Paraná, com essa medida, poderá reafirmar seu domínio sobre uma área estimada em 265 km quadrados e cortada por 22,5 km da rodovia BR-116.

Por outro lado, o espírito federativo de nosso regime político aconselha e recomenda que se confira ao caso a solução tradicional.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Governador do Estado do Paraná autorizado a lavrar convênio com o Estado de São Paulo objetivando eleger o Juízo Arbitral para dirimir controvérsias sobre a linha que define seus limites inter-estaduais, e indicar como mediador o Excelentíssimo Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 44/76, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castro, no qual encaminha a esta Casa, fotocópia do requerimento n.º 15/76 de autoria do nobre Vereador Takeshi Maeda, aprovado por unanimidade em Sessão Ordinária realizada em 19 do mês próximo passado, que requer ouvida a Casa na forma regimental, ofício ao nobre Deputado Dácio Leonel de Quadros um voto de agradecimento, por seu brilhante trabalho em defesa da Estrada do Cerne. **Ao conhecimento da Casa**

Sob o n.º 568/76 do Senhor Pedro Arthur Sampaio, Diretor Presidente da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, que comunica que fará realizar um curso de Administração do Patrimônio e Material, no período compreendido entre os dias 07 e 11 do mês de junho próximo vindouro, no recinto da Câmara Municipal de Campo Mourão. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

- De autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei 18/76.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento do Sr. João Blegieski, ocorrido em Ponta Grossa, em data de 16 de maio corrente.

O extinto era pessoa muito grata à comunidade pontagrossense e com os seus 95 anos de idade, sempre agiu corretamente e dedicou-se à família, sendo que sua passagem por este mundo, muito deixa a lamentar.

Requer, que se dê conhecimento desta à família enlutada, residente à rua Prudente de Moraes 280 - Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência que ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Pedro Tocafundo, DD. Delegado da SUNAB no Paraná, no sentido de que se dê melhor condição de preço aos produtores de leite compatível com as necessidades pela elevação do custo especialmente da ração, o que está sendo motivo de desestímulo e consequente ausência do produto no mercado.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1976.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais desta Assembléia Legislativa, inteiro teor do pronunciamento do Sr. Deputado Alípio Ayres de Carvalho, feito na Câmara Federal em 10 do mês corrente, que abaixo transcreve: "Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como é do conhecimento do País, os advogados por força de Estatutos são compelidos a exercer a profissão dativamente, tanto em causas cíveis como criminais, se nomeados pelos juizes.

Os Estados nomeiam defensores públicos, os quais não chegam a atender nem à décima parte das Comarcas existentes no Brasil e, assim ainda ficam os advogados com o ônus da maior parte dos serviços atinentes à justiça gratuita.

Nas demais Comarcas, isto é, nas noventa por cento restantes, a carga da justiça gratuita é suportada totalmente pela classe de advogados, quando em realidade deveria esse ônus caber, de fato, ao Estado como uma das razões da sua

própria existência. Não obstante, é princípio legal que a ninguém é dado o dever de prestar serviços sem o devido pagamento, enquanto constituem-se os advogados numa classe compelida a trabalhar, por força dos seus Estatutos, graciosamente, isto porque o Estado vem silenciando num comodismo prejudicial, não só à Classe dos profissionais da advocacia como dos menos favorecidos que necessitam, como todos os brasileiros, de uma justiça presente, dedicada e eficiente.

É uma realidade que precisa ser encarada de frente. Há necessidade assim, de disposições legais que assegurem o honorário justo a esses advogados dativos, como são remunerados os defensores públicos do Estado.

Nesse sentido faço um apelo à Ordem dos Advogados do Brasil, para sugerir medidas que venham a conciliar os interesses dos desfavorecidos pela sorte sem prejuízos daqueles que fazem da profissão de advogado, o seu instrumento de subsistência.

Transmito, também, o meu apelo ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça para o estudo desse problema do maior sentido social e humano, pois, a verdade é que, grande parte da população brasileira se julga sem o direito de merecer justiça por carência de recursos. Sala das Sessões, 10 de maio de 1976. a) Deputado ALÍPIO AYRES DE CARVALHO, ARENA-PR."

Requer, outrossim, do fato seja dado conhecimento ao Sr. Deputado Alípio Ayres de Carvalho.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1976.

(a) PAULO CAMARGO.

O SR. PRESIDENTE Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, douta Mesa, Diretiva, Srs. Deputados.

Estamos hoje, euforicamente convidando o povo do Paraná, principalmente o povo do Norte Pioneiro, e solicitando a esta Presidência a indicação de uma Comissão Parlamentar, para participarem da inauguração da estrada do trecho compreendido entre Santo Antônio da Platina/Ibaiti, por S. Exa. o Sr. Governador do Estado, S. Exa. o Ministro dos Transportes, para o dia 26 do corrente mês.

O programa está assim delineado: 8,00 horas, chegada em Jacarezinho: 8,05 horas, início da inauguração, em Santo Antônio da Platina, onde S. Exa. o Governador do Estado, com a equipe de trabalho do dinâmico Dr. Osires Stenghel Guimarães, responsável pela Pasta de Transportes do Paraná, e toda a equipe do D.E.R.

Vejam Senhores, como o Governo Jayme Canet Júnior, coordenado com o Governo Federal, está trabalhando pelo Paraná e por sua gente ... É um sonho de muito tempo a Estrada BR-153, Santo Antônio da Platina/Ibaiti, numa complementação da estrada chamada transbrasiliana, é um trecho que concerne a nossa região, ao Norte Pioneiro, onde graças a Deus estamos vendo o efetivo trabalho de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, com sua equipe.

Então, dia 26 estaremos lá para, esplendorosamente, vermos aquele sonho do povo bom de minha região, do meu Paraná, do meu Norte Pioneiro, para a inauguração daquela estrada, com pessoas de destaque do Paraná e do Brasil.

Também queremos anunciar mais um fato pioneiro de nosso Paraná, Paraná do povo que trabalha diuturnamente, Paraná da equipe do Governo Jayme Canet Júnior, da equipe responsável pela Secretaria da Saúde e Bem Estar Social muito bem administrada por Sua Excelência e o ilustre Deputado Arnaldo Busato. (Lê):

"DIA DO CALOR HUMANO"

O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, através a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, instituiu no Programa de Trabalho da COORDENADORIA DO BEM ESTAR SOCIAL O "DIA DO CALOR HUMANO".

Embasado nos deveres da Fraternidade Humana e transcendental, o "DIA DO CALOR HUMANO", mobilizará a Comunidade Paranaense a reafirmar o espírito comum pelas necessidades comuns do povo. Olhar a quantos se acham a mercê de situações imprevisíveis, necessitando de amparo, proteção, solidariedade e de meios para sua reinclusão no meio comunitário.

A Coordenadoria do Bem Estar Social em Encontros de Entidades Sociais realizados, pode constatar que a Comunidade Paranaense está sensibilizada e atenta aos problemas sociais evidenciados e quanto conclamada, participa ativamente, informando sua experiência e sugerindo serviços necessários para atender a população.

A expectativa é de que o "DIA DO CALOR HUMANO" possa reavivar os valores permanentes e essenciais do povo, como também desencadear canais de comunicação de interesse tanto para o Governo como para a coletividade, na troca incessante de informações, programas de trabalho e instalação de serviços necessários à população.

ABRANGÊNCIA

2.1. SOCIAL

O "DIA DO CALOR HUMANO" abrangerá 685 Instituições que realizam atividades caracterizadas de Amparo, Proteção, Assistência e Promoção Social, tanto no setor de saúde como da Assistência Social e às pessoas ou famílias matriculadas.

Diretamente, serão beneficiados os próprios dirigentes das Organizações, tanto pela oportunidade de informarem e dialogarem sobre seu trabalho, como pelos esclarecimentos, orientações e incentivos que receberão da SESB.

Indiretamente, será beneficiada a clientela das Instituições, que por força do movimento receberão maior atenção quanto à recuperação, adaptação ou reintegração social.

Receberão ajuda em cobertores, considerando o rigor do inverno no Estado.

2.2. GEÓGRAFO

Como bases de ação inicial, serão utilizados os 5 núcleos sociais situados nas regiões de Planejamento 2,3,6,7,8 e 2, Instituições localizadas nas Regiões 4 e 5 ou seja, Ponta Grossa, União da Vitória, Maringá, Porecatu, Cruzeiro do Oeste, Cascavel e Jacarezinho.

Com relação a Região 1, a ação inicial ficará a cargo da própria SESB.

3. COORDENAÇÃO.

A Coordenação Geral será exercida pela Coordenadoria do Bem Estar Social.

A Coordenação Regional será exercida pelas Instituições citadas no subitem 2.2 e terão como incumbência a mobilização das Entidades da Região.

4. INSTALAÇÃO DO "DIA DO CALOR HUMANO"

A instalação ocorrerá no dia 01 de junho de 1976, e contará com a participação das Organizações atuantes nos setores

da Saúde e da Assistência Social e que de uma forma ou de outra estão vinculadas à SESB. Além do número prevista de Organizações poderá ocorrer engajamento de outras interessadas em participar da ação técnica e assistencial da SESB".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos anunciando esta obra pioneira, esta iniciativa do Governo Jayme Canet, conjugado com o Sr. Secretário, conjugada com S. Exa. o dinâmico, o promissor Secretário Arnaldo Busato.

Então queríamos que à 01 de junho estivessem presentes os representantes desta Casa, para ali vermos uma iniciativa pioneira do Paraná, que há de ser irradiada por todo o Brasil, porque quando se trata de calor humano, quando se trata de uma iniciativa em que se aplica o dinheiro do povo, e em benefício dos necessitados.

Assim vemos, Senhores, que o Deputado Arnaldo Busato, o Secretário dinâmico, um dos melhores Secretários que passou por aquela pasta, está lutando pelo Paraná e sua gente, e principalmente pelas classes menos favorecidas.

É com euforia que queremos transmitir à imprensa do Paraná, para que o Brasil veja que o Paraná foi o Estado pioneiro, lançando o dia 01 de junho como o "Dia do Calor Humano", o dia em que haveremos, todos unidos, de dar um pouco de alento e, um pouco de calor àquelas pessoas menos favorecidas.

O SR. BENEDITO LÚCIO MACHADO (Pela Ordem). Sr.

Presidente, gostaria de perguntar a V. Exa. se estamos tramitando no Grande Expediente, pois o orador já há doze minutos está fazendo uso da palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, estava complementando e quero que, unidos com o Secretário de Saúde e Bem Estar Social, possamos levar aquela gente humilde de nossa terra a ser reintegrada em nossa sociedade.

Esteja convidado, meu querido amigo, Lúcio Machado, para estarmos lá juntos, distribuindo os cobertores necessários às famílias menos favorecidas pela sorte.

Obrigado, Sr. Presidente; obrigado pelo seu aparte, Deputado Lúcio Machado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa comunica que o Deputado Gabriel Manoel ocupou a tribuna pelo espaço de sete minutos.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — (Lê): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A projeção do Brasil no mercado externo do soja. Em destaque, o jornal "Gazeta do Povo", de circulação nesta Capital, em data de 15 do corrente, publicou notícia de interesse não só estadual, como nacional, usando o título "Brasil e EUA discutem o soja".

Tomamos conhecimento de que o Governo Brasileiro estaria em conversações com os Estados Unidos, com objetivo de estimular o consumo humano do soja, superando o consumo animal, pois os Estados Unidos e o Brasil são detentores de 95 por cento da produção mundial, excluindo a China que não está no mercado, em que pese a sua produção ser superior a do Brasil.

Afirmam as autoridades que, sem perder de vista a concorrência que continuará existindo e se aprofundando entre os dois produtores, significa este acordo na prática, uma garantia de que os produtores poderão continuar aumentando a área plantada e a produtividade sem o perigo de inesperados colapsos no mercado. Tanto que uma das primeiras providências resultantes do entendimento será a realização de uma campanha

em nível mundial, destinada a mostrar as vantagens do soja, não apenas para o consumo animal, como e, especialmente, para o consumo humano.

Essa campanha será lançada também no Brasil, começando pela utilização do soja, como produto básico da alimentação estudantil. Assim sendo, estão os dois países, preparados para organizar a comercialização de modo que o mundo, a cada ano, passe a consumir mais soja, sem o perigo da depressão dos preços.

Por ocasião da nossa campanha política, surgiu uma situação embaraçosa criada aos produtos do soja, oportunidade em que manifestamo-nos dizendo que o Governo deveria conhecer a safra e o mercado externo, antes da fixação dos preços. Com a crescente produção do soja e com a intensificação positiva das nossas relações com países norte-americanos e europeus a exemplo do que ocorreu com o café, o Brasil, se concretizado o acordo com os Estados Unidos, responderá às nossas aspirações, procurando proporcionar ao lavrador o melhor preço.

Consequentemente, com o estímulo ao consumo do soja, através de intensa publicidade das proteínas que contém e as diferentes formas de sua utilização, aumentando a demanda externa, paralelamente à crescente produção do produto e redução da alíquota de exportação para 10 por cento, sentimos então, que finalmente deu-se uma resposta ao nosso agricultor que acreditou no Governo, ampliando a área plantada, e agora, como recompensa, receberá pelo produto preços compatíveis com as expectativas, uma vez que, com essas providências, haverá a viabilidade de se oferecer o melhor preço".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo).— Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias, inscrito para o pequeno Expediente.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Aproveito a oportunidade para agradecer penhoradamente à COPEL.

Ontem, tive a oportunidade de, nos distritos de Novas Tebas e Alvoradas, no município de Pitanga, da região que represento nesta Casa, participar daquelas inaugurações.

Não poderia me furtar ao pedido daquela gente que foi tão beneficiada com essas inaugurações de luz, pela COPEL, que em nome da mesma gente, dos moradores de Novas Tebas e Alvoradas, agradeço ao Dr. Arturo Andreolli ao Dr. Domingos Prata que tanto nos ajudaram para que se instalasse energia elétrica naqueles distritos.

Aproveito também minha passagem pela tribuna que dizer da imensa satisfação daquela gente, pois que aproximadamente 3 mil pessoas compareceram a cada uma daquelas inaugurações, levando seu calor, seu prestígio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tenho a mínima dúvida, e quero pedir escusas aos nobres Deputados do MDB, que tanto prezo, que tanto admiro, não tenho a menor dúvida de que a ARENA lidera o Interior do Estado do Paraná, que a liderança da administração de Jayme Canet Júnior é reconhecida por todos.

A ARENA, pelo que pude notar nas minhas andanças pelo Interior, aumenta, dia a dia, o seu prestígio, graças ao trabalho, à administração de Jayme Canet Júnior que vem sendo tão bem assessorado por seus Secretários, e que não medem esforços, sacrifícios para, com suas presenças, darem seu prestígio ao povo, atendendo àquilo que o povo reclama.

Portanto, não tenho mais dúvidas que a ARENA já é novamente aquele Partido forte, aquele Partido que, em pleitos passados ganhava todas as Prefeituras do Interior.

Portanto, peço vênica ao meu colega do MDB, que, crescemos e crescemos assustadoramente no Interior do Estado, graças a esta administração, a esta Liderança de Jayme Canet.

Sr. Presidente, também eu queria, atendendo um pedido todo especial do meu ilustre colega, Deputado do MDB, Luiz Carlos Zuk, apresentar desta tribuna um requerimento formulado pelo mesmo.

Eu farei a leitura da súmula do seu requerimento: (Lê).

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das prerrogativas que lhe são concedidas por Lei, requer, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Presidente da RFFSA, solicitando, se possível, informações sobre a complementação salarial, requerida através de Ofício 191/75, de janeiro de 1975, pelos funcionários do extinto D.N.E.F.

Segundo consta, alguns destes funcionários já receberam a devida complementação, e outros ainda estão aguardando sem nenhuma solução ao caso, e quando extinto o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, os funcionários assinaram um termo de compromissos, no qual está bem claro na sua redação, que seria: "Mediante pagamento da complementação de seus vencimentos para o valor do nível inicial da classe trabalhista constante do Plano Simplificado de Classificação de Cargos".

Diante desta situação, este problema passa a ser de interesses da comunidade e justo se faz esta solicitação.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK".

Sr. Presidente, eu queria também aqui, antes de deixar esta tribuna, dizer ao eminente Deputado Luiz Carlos Zuk, que, S. Exa. pode contar com o apoio deste Deputado, para o seu requerimento.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tão só para dar possibilidade de trânsito a requerimento que pretendo endereçar à Mesa, cuidando assim, de atender os dispositivos regimentais, faço tão só, a leitura do requerimento (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, seja-lhe expedida Certidão da decisão da Mesa, proferida na Sessão Ordinária de ontem, 19 do corrente, em Questão de Ordem formulada pelo signatário com base no parágrafo único do art. 177 do Regimento Interno, na oportunidade da discussão do Projeto de Lei 30/76.

Requer ainda que conste do documento a decisão textual da Mesa, extraída das notas taquigráficas, bem como da formulação da Questão de Ordem, fazendo-se ainda constar que o projeto em tela está afetado por Regime de Urgência imposto pela Casa e pelo prazo do art. 25 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1976.

(a) ENÉAS-FARIA."

SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Fica despachado de ofício, o requerimento de autoria do Deputado Enéas Faria.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho. (Pausa).

Não se encontrando no plenário, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria. (Pausa).

Tendo declinado, concedo-a ao Sr. Deputado Accioly

Neto. (Pausa) - Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. **(Pausa).**

Não se encontrando presente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA **(Pela Ordem)**. Sr. Presidente, solicitaria de V. Exa. que determinasse o Sr. 1.º Secretário para que fizesse a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE **(Paulo Camargo)** - Deferido.

A Mesa determina que seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — **(Procedo a chamada nominal)**.

O SR. PRESIDENTE **(Paulo Camargo)** — Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 41/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 75/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da secretaria de Segurança Pública e do Interior, com o município de Nova Londrina, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município. Parecer **favorável da CCJ., por unanimidade.** — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 13/76, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade Pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá. Parecer **favorável da CCJ.- por unanimidade.** — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 188/75, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que declara de utilidade pública a Sociedade Cooperativa de Consumo dos Funcionários do DER Ltda., com sede nesta Capital. Parecer **favorável da CCJ.— por unanimidade.** — **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 07/76, oriundo da mensagem 27/76, do Poder Executivo, dando nova redação ao artigo 87 e seus parágrafos, da Lei Complementar 03, de 14/5/74, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Pareceres **favoráveis por unanimidade da CCJ., CF e CRH., com SUBSTITUTIVO. EMENDA DE PLENÁRIO, com Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.**

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 07/76.

Substitua-se, no artigo 1.º, dentro da nova redação que se pretende dar ao artigo 87, da Lei complementar n.º 3, de 14 de maio de 1974, seu parágrafo 2.º pelo seguinte:

“§ 2.º - O cálculo para incorporação será feito com base no percentual médio percebido nos últimos 36 (trinta e seis) meses em que o funcionário prestou serviços sob esse regime”.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO IVO THOMAZONI
JUSTIFICATIVA:

Pelo simples exame do texto anterior, constatamos que a expressão “três anos” poderá causar interpretações errôneas da lei, pois tanto pode indicar os 36 meses que antecederam a data da aposentadoria, como os anos civis iniciados em 01 de janeiro.

Adotando-se o texto anterior, ficará, igualmente, omissa a situação dos funcionários com direito adquirido ao benefício e que não prestaram serviços sob esse regime no último triênio de atividade, enquanto que a redação proposta manda computar, para efeito de cálculo, apenas os meses em que o servidor estava prestando serviços em regime de tempo integral, não deixando dúvidas quanto a sua interpretação.

PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO APRESENTADA AO PROJETO DE LEI N.º 07/76

1. Os ilustre Deputados Fidelcino Tolentino e Ivo Thomazoni, por ocasião da 2.ª Discussão do Projeto de Lei 07/76 que objetiva dar nova redação ao Art. 87 e seus parágrafos da Lei Complementar n.º 3 de 4 de maio de 1974, apresentaram emenda em Plenário, o que motivou o retorno do mencionado Plano de Lei a esta Comissão, para exame da modificação proposta pelos eminentes parlamentares.

2. Quando o Projeto de Lei n.º 07/76 transitou, pela vez primeira, por esta Comissão, ao oferecer Parecer, na qualidade de Relator apresentei emenda substitutiva visando à incorporação de outras gratificações, além da referente à prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, aos proventos de aposentadoria do pessoal da Polícia Civil. Tal emenda, que restou aprovado, tem por escopo criar, aos servidores policiais do Estado, por norma legal específica, o direito de incorporar as gratificações relativas aos encargos de direção ou chefia.

3. Agora, pela emenda dos Deputados Fidelcino Tolentino e Ivo Thomazoni, quer-se substituir, no artigo 1.º, do Projeto, dentro de nova redação que se pretende dar ao artigo 87, da citada Lei Complementar n.º 3, o texto do parágrafo 2.º, porque, segundo os seus autores,

“Pelo simples exame do texto anterior, constatamos que a expressão “três anos” poderá causar interpretação errônea da lei, pois tanto pode indicar os 36 meses que antecederam a data da aposentadoria, como os anos civis iniciados em 01 de janeiro.

Adotando-se o texto anterior, ficará, igualmente omissa a situação dos funcionários com direito adquirido ao benefício e que não prestaram serviços sob esse regime no último triênio de atividade, enquanto que a redação proposta manda computar, para efeito de cálculo, apenas os meses em que o servidor estava prestando serviços em regime de tempo integral, não deixando dúvida quanto a sua interpretação”.

4. O texto do parágrafo 2.º, do Art. 87, cuja redação se pretende modificar, é o seguinte:

“O cálculo para a incorporação será feito com base no percentual médio percebido nos últimos três (03) anos”.

A emenda propõe, para o dispositivo, a seguinte redação: “O cálculo para a incorporação será feito com base no percentual médio percebido nos últimos 36 (trinta e seis) meses em que o funcionário prestou serviços sob esse regime”.

5.

A justificativa da emenda é de molde a convencer

da necessidade de alterar a redação do transcrito parágrafo, pois evidente que o novo texto não deixa margem à qualquer dúvida de interpretação relativamente ao período trienal que servirá de base para a fixação do percentual médio percebido pelo funcionário no regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Aliás, redação idêntica foi adotada para dispositivo análogo constante do Projeto de Lei 06/76, já aprovado pela Assembléia Legislativa, que trata da incorporação das gratificações previstas nos ítems II e III, do Art. 172, da Lei 6174, de 16.11.70, aos proventos das futuras aposentadorias dos servidores civis do Estado.

6. Do ponto de vista constitucional, nada obsta a pretendida modificação da redação, contida na emenda, que, ademais, ressalte-se, vem a aprimorar o texto do Projeto de Lei 07/76.

Nestas condições, o Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação da emenda.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1976.

(a) Accioly Neto - Presidente e Relator da CCJ.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER A EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE
LEI N.º 07/76.

A presente Emenda ao Projeto de Lei 07/76, visa alterar o texto do parágrafo segundo do Art. 87, com a intenção de evitar possíveis interpretações errôneas à aplicação do dispositivo que se pretende modificar da Lei Complementar 03 de 14/05/76.

Sobre a matéria já houve pronunciamento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestando-se favorável à mesma.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada há que se oponha a tal modificação preconizada.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1976.

(aa) Quilse Crisóstomo - Presidente; Gabriel Manoel - Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 41/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 108/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 42/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1.976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER A PROPOSIÇÃO N.º 108/76

Acompanhado da Mensagem Governamental 31/76, de 26 de fevereiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Santa Fé, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei 18/76. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO BLEGIESKI, ocorrido em PONTA GROSSA. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Delegado da SUNAB no Paraná, no sentido de que seja dada melhor condição e preço aos produtores de leite. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da RFFA, no sentido de que se possível, informe sobre a Complementação Salarial requerida através de ofício, pelos funcionários do extinto DBEF. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando a inserção nos Anais da Casa do pronunciamento do Sr. Deputado Alípio Ayres de Carvalho, feito na Câmara Federal em 10 do mês corrente. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando lhe seja expedida certidão da decisão da Mesa, proferida na sessão ordinária de ontem, dia 19 do corrente, em Questão de Ordem formulada pelos signatário com base no parágrafo único do art. 177 do Regimento Interno, na oportunidade da discussão do Projeto de Lei 30/76. Deferido. — Ao Sr. 1.º Secretário para providenciar o requerido.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Instituto Brasileiro de Pesos e Medidas, seção do Paraná, encarecendo providências visando melhor fiscalização e aplicação de medidas corretivas sobre a firma Mineração Paranaense Ltda., que segundo denúncias, está entregando os seus pro-

dutos ao consumidor com diferença de pesos.

Ao referido requerimento foi apresentada emenda substitutiva, no seguinte teor: (Lê)

“Substitua o requerimento pelo seguinte:

O Deputado que este subscreve, usando das prerrogativas regimentais, e tendo em vista denúncia efetuada pelo agricultor Otoniel Souza, proprietário, residente e domiciliado no Município de Quatiguá; fazendo juntar fotocópia de carta e recorte de uma embalagem da firma denunciada, requer o envio de seu pronunciamento e documentação, ao Instituto Brasileiro de Pesos e Medidas, para que o mesmo tome as medidas que se fizessem necessárias.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1976.

(a) BENEDITO LÚCIO MACHADO

O SR. BENEDITO LÚCIO MACHADO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. BENEDITO LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em data de ontem encaminhamos requerimento à Mesa, o qual sofreu o registro 8/19, em que pedíamos do Instituto Brasileiro de Pesos e Medidas, Delegacia do Paraná, providências contra determinadas firmas que vendem seus produtos faltando quantidades de quilos daqueles estabelecidos em seus rótulos.

Verificando que, por um cuidado da Mesa Diretiva desta Assembléia, é de praxe que o encaminhamento de requerimentos a outras áreas do Governo se faça exclusivamente em forma de sugestão, apresentamos em data de hoje um substitutivo aquele requerimento.

Mas queríamos dizer, nesta oportunidade, que os organismos do poder fiscalizador, seja de qualquer área, Governo do Município, Governo do Estado ou Governo Federal, eles, pela sua própria constituição e formação deverão receber não só do Parlamentar, mas de qualquer pessoa do povo, requerimentos formalizados quando se trata de denúncias e dar cumprimento a estes requerimentos, na forma como são feitos.

E quando pedíamos em nosso requerimento anterior, que se requeresse aquele Departamento, aquele organismo do Governo Federal, que fossem verificadas as denúncias e posteriormente nos dessem conhecimento das razões obtidas com referência às mesmas, o fizemos não como Parlamentar, mas como Pessoa do Povo, porque é obrigação, dever e responsabilidade de Departamentos de Governo, responsáveis pelo bem comum do povo brasileiro. Seja neste ou naquele setor de atividades, se sua função é fiscalizadora, os requerimentos têm que ser deferidos e atendidos, principalmente quando se trata de fatos como este que fere a economia popular, que fere, acima de tudo, o respeito à economia do lavrador.

Desta forma acredito e tenho a certeza de que o meu requerimento será aprovado; entretanto não se trata mais de um requerimento, trata-se, isto sim, de uma sugestão ao Instituto Brasileiro de Pesos e Medidas - Secção do Paraná, para verificar assalto que se vem fazendo a lavradores do Estado.

Muito obrigado Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Encerrada a discussão em votação. - APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, sexta-feira, às 10,00 horas com a ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

PORTARIA N.º 256/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.3830, de 11 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, OSCAR AUGUSTO DE PLÁCIDO E SILVA LIMA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da “ARENA”, junto ao Gabinete do Deputado FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO, no período compreendido entre 14 de abril a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de maio de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 257/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.3899, de 12 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, matrícula 350, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 17 de maio de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de maio de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 258/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 39/15, de 12 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a FLORIPES ALCEA BOSCHI, matrícula 197, ocupante do cargo de nível PL“15”, da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1974, a partir de 13 de maio de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de maio de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 de MAIO DE 1976.

SEXTA FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Quielise Crisóstomo.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Araçá de Mattos Leão, Basílio

Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Benedito Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 47/76

Curitiba, 18 de maio de 1976

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 20 de fevereiro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de GENERAL CARNEIRO, objetivando a ampliação do prédio da Casa Escolar "Pedro Araújo Neto", da sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 48/76

Curitiba, 18 de maio de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação celebrado em 23 de fevereiro de 1976, entre a Secretaria de Estado da Agricultura e a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFÉ DO PARANÁ, visando estabelecer normas de cooperação técnica e financeira, com vistas à prestação de assistência aos produtores, nos campos de mecanização e de insumos agrícolas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida

à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei 45/76, de autoria do nobre Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, que visa declarar de utilidade pública a Sociedade Universitária Paranaense de Ensino, com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1976.

(a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno da Casa, REQUER: após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO BORTOLETTO, ocorrido na cidade da Lapa.

Outrossim, solicita o signatário, seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Jorge Bortoletto, aos cuidados do correio daquela cidade.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficializado ao Exmo. Sr. OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de se incluir no Plano Estadual de Asfaltamento, o trecho da estrada PR-180, que liga CASCAVEL — CAFELÂNDIA — NOVA AURORA — MARAJÓ QUARTO CENTENÁRIO — GOIO ERÊ — MARILUZ a CRUZEIRO DO OESTE, que virá facilitar o escoamento da produção daquela promissora região do interland paranaense.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1976.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Usando de suas prerrogativas constitucionais, o Deputado que abaixo subscreve, requer, após ouvido o Plenário, se oficie ao Sr. Secretário dos Transportes o pedido já feito por este Deputado, pelos ilustres Deputados David Federmann e Jurandir Messias, pelo Prefeito de Tibagi, pelas diretorias das Cooperativas e pelas comunidades de Ponta Grossa e Tibagi, a fim de que determine essa Secretaria a imediata e urgente reconstrução da ponte sobre o rio Tibagi, na estrada velha que demanda ao Norte do Paraná, ponte essa caída a mais de cinco (05) meses e de grande carência e valia ao escoamento da safra agrícola dessa área do Estado.

Entendendo os entraves funcionais da Secretaria dos Transportes, a falta de verba específica, enfim a burocratização necessária, apelamos para o grande sentido administrativo do Sr.

Secretário, à sua percepção e sensibilidade ao problema dos escoamentos vicinais ao corredor de exportação, de produção agrícola do Estado, e enfim, ao sentido humano de diretriz desta Secretaria, esperamos uma solução breve à região dos Campos Gerais, que muito contribuem para os cofres da administração pública deste Estado.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atividades parlamentares, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que, seja determinado o estudo bem como o levantamento para a criação e instalação de uma agência, na sede do município de Francisco Alves, neste Estado.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Concluída ainda, no Governo passado, a Rodovia Arapongas - Astorga continua, no entanto, com seus acostamentos inacabados.

Em consequência das chuvas, já há algum tempo a erosão vem se anunciando à margem dessa estrada, principalmente no trecho compreendido entre Sabáudia e Astorga.

Em razão do exposto, o Deputado estadual infra-assinado, com assento nesta Casa, a fim de se evitar ainda em bom tempo, que a erosão venha ocasionar maiores prejuízos em relação à própria pista asfáltica, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de providências ao Exmo. Sr. Dr. Osires Stenghel Guimarães, digníssimo Secretário de Transportes, no sentido de que, como obra de conservação obrigatória do patrimônio do Estado, aquela Secretaria determine, com a urgência possível, a conclusão das obras do acostamento da mencionada rodovia.

Pede que, do presente, sejam cientificados os Srs. Prefeitos Municipais de Sabáudia e Astorga, bem como, as respectivas Câmaras de Vereadores daqueles Municípios, uma vez aprovado.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1976.

(a) MUGGIATI FILHO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente, Londrina e Maringá foram apanhadas de surpresa pela falta de transporte aéreo àquelas duas grandes comunidades paranaenses.

As autoridades deste Estado, S. Exa. o Vice-Governador, o Prefeito Municipal de Londrina, Prefeito Municipal de Maringá, lideranças desta Casa fizeram sentir às mais altas autoridades de transporte aéreo da Nação a necessidade e obrigatoriedade de terem essas empresas uma concessão de linhas a essas duas importantes cidades do Norte do Estado.

Nos órgãos de divulgação do Estado do dia de ontem, vimos que será atendida a partir da próxima segunda-feira, a extensão novamente do transporte aéreo à cidade de Londrina.

Constava desta nota a participação do ilustre Sr. Vice-Governador do Estado, Dr. Otávio Cesário, a participação do líder da ARENA, Deputado Ivo Thomazoni, dos Vereadores arenistas da cidade de Londrina e de outras lideranças da ARENA do Paraná.

Queríamos registrar também, em adendo àquela nota

inserida nos jornais, a participação efetiva e concreta do Sr. Prefeito José Richa, do MDB daquela cidade, dos Vereadores do MDB que são sua maioria na Câmara de Londrina, a participação da comunidade indistintamente das duas cidades, que não têm facção política, são somente a identificação do Norte do Paraná. Queremos também somar as representações políticas de Jorge Sato, Gabriel Sampaio e outros Deputados da ARENA, como o Deputado Lázaro Dumont, e de nossos representantes Del Ciel, Otássio Pereira e outros.

Então em adendo àquela nota que transmite esta vitória, que não é uma vitória de Partido, mas uma vitória do Norte do Paraná, que muito contribui este quadrante do Estado a este Paraná e a esta Nação, adendo em termos de comunidade paranaense, à facciosa nota inserida nos jornais. Reconhecemos todas as contribuições, porque somos testemunhas delas.

Na última quarta-feira esteve o Prefeito José Richa nos dando de viva voz o cumprimento dos Srs. componentes da ARENA nacional, que sentindo o problema de perto, que vendo que realmente identificava o problema com toda uma região, se faziam valer das mais altas autoridades do Estado.

Queríamos cumprimentar porque, nesta discussão, vimos irmanados representantes políticos em torno de um problema ao qual queremos nos reportar no dia de hoje.

Os ilustres Deputados Jurandir Messias e David Federmann, homens ligados à representação política da região dos Campos Gerais, homens sensibilizados pelas ramificações de amizade e familiares que possuem nessa região, homens que vivem, como nós vivemos, no contato diário com a região, vemos que uma solução urgente se faz necessária, ou seja, a construção da ponte sobre o rio Tibagi, na velha estrada que demanda ao Norte do Paraná.

Pedidos já feitos desta tribuna por este Deputado e pelos eminentes Deputados David Federmann e Jurandir Messias para a construção dessa ponte que facilitará o escoamento da safra agrícola, e será uma conquista da administração pública deste Estado, que não tem cor política, é tão somente o revés da administração através da contribuição de impostos, em obras necessárias e carentes como essa ponte sobre o rio Tibagi.

E se no dia de amanhã, tivermos a satisfação de ver concretizada essa reivindicação, que não é somente nossa, nem de Jurandir Messias ou David Federmann, mas é o pedido da região, teremos, como sempre tivemos, a coragem de vir a esta tribuna nos congratular com a administração deste Estado, como o fizemos no dia de hoje, pela reivindicação do Norte do Paraná, que já foi atendida. Ou seja, o que conseguiram os moradores do Norte do Paraná com a religação da linha aérea. Queremos ter a mesma grata satisfação com referência ao pedido da construção dessa ponte, sobre o rio Tibagi.

Era só, Sr. Presidente, a nossa participação na sessão de hoje,

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 33/76, que aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Terra Rica, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido Município.

— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO 33/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

- Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Terra Rica, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola, o Grupo Escolar Rosalina de Moraes, a Escola Técnica de Comércio e a Unidade Sanitária, na sede do referido Município.
- Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 17 de maio de 1976.
- aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 34/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Maria Helena, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO 34/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

- Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Maria Helena, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.
- Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 17 de maio de 1976.
- aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 35/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Nova Esperança, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO 35/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

- Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 25 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Nova Esperança, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.
- Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 17 de maio de 1976.
- aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 36/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior com o Município de Guaraniaçu, objetivando construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO 36/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

- Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e da Secretaria do Interior, com o Município de Guaraniaçu, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município.
- Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Sessões, em 17 de maio de 1976.
- aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 37/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e da Secretaria do Interior, com o Município de Francisco Beltrão, objetivando construção de prédio destinado ao Centro de Saúde com sede no referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO 37/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

- Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e da Secretaria do Interior, com o Município de Francisco Beltrão, objetivando a construção de prédio destinado ao Centro de Saúde, do referido Município.
- Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 17 de maio de 1976.
- aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 38/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Salto do Itararé, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Delfino Frago, na sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO 38/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

- Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 18 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Salto do Itararé, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Delfino Frago, na sede do referido Município.
- Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 17 de maio de 1976.
- aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 04/76, que declara de Utilidade Pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Irati, CASRI, com sede em Irati — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI 04/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE IRATI — CASRI, com sede na cidade de Irati.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 05/76, que declara de Utilidade Pública a Associação Bem Estar Jardim Paranaense, com sede e foro nesta Capital — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI 05/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BEM ESTAR JARDIM PARANAENSE, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 11/76, que declara de Utilidade Pública a Ordem Franciscana Secular - Fraternidade da Igreja do Senhor Bom Jesus, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI 11/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a ORDEM FRANCISCANA SECULAR — FRATERNIDADE DA IGREJA DO SENHOR BOM JESUS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 15/76, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Mensageiros da Paz, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI 15/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — É declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE ESPÍRITA "OS MENSAGEIROS DA PAZ", com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1976

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei 45/76. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que, determine a

conclusão do acostamento da rodovia Arapongas - Astorga. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que determine estudos, visando a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito, na sede do referido Município. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de se incluir no Plano Estadual de Asfaltamento, o trecho da estrada PR-280, que liga Cascavel a diversos municípios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, reiterando o pedido de reconstrução da ponte sobre o rio Tibagi, na estrada velha que demanda ao Norte do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Bortoletto, ocorrido na cidade da Lapa. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 188/75 e 07/76.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 42/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 76/74 e 18/76.

Levanta-se a Sessão.

ATA DE COMISSÃO:

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

Aos seis dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos Srs. Deputados: Jurandir Messias, Fabiano Braga Cortes, Nelson Buffara e Gabriel Manoel. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos, como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei: PROJETO DE LEI Nº 16/76, de autoria do nobre Deputado Lúcio Machado, - autoriza o Poder Executivo efetivar os atuais servidores contratados que contem com cinco ou mais anos de serviços prestados ao Estado e dá outras providências. Relator Deputado Gabriel Manoel. Parecer contrário. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da reunião, da qual para constar eu Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente

Elza Carneiro Camargo - Secretária

PORTARIA Nº 259/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3949, de 13 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a ANGELINA PACHECO, matrícula 183, ocupante do cargo de nível PL 19, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença, para tratamento, a partir de 11 de maio de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de maio de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral

PORTARIA Nº 260/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3951, de 13 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a SOLON FONTOURA RODRIGUES, matrícula 407, ocupante do cargo de nível PL 26, da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1976, a partir de 17 de maio de corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de maio de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral

PORTARIA Nº 261/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3987, de 14 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a GIOACHINO SUGAMOSTO, matrícula 549, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1974, a partir de 17 de maio de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de maio de 1976

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 263/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3894, de 12 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a FRANCISCO JOSÉ DA CUNHA GEBRAN, matrícula 006, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias relativas ao exercício de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de maio de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 350/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

colocar à disposição do Ministério da Educação e Cultura, a funcionária HILDA GUIOMAR ARGUELLO, matrícula 452, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo de seus vencimentos, a partir de 01 de maio de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de maio de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 351/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2592, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ETHEL DE PINHO NEVES, matrícula 244, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de maio de 1976.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º Secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 352/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3064, de 23 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CARLOS AUGUSTO FERNANDES, matrícula 116, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de maio de 1976.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º Secretário

Maurício Roslindo Fruet

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 353/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2285, de 30 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a VALTER ANTONIO MARCHIORATO, matrícula 366, ocupante do cargo de nível PL 21, da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo trienal de cinco por cento sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 49, da Resolução 2/64, de 21 de fevereiro de 1964, que embora revogado pela Resolução 5/69, de 28 de abril de 1969, assegurou os direitos até então adquiridos, a partir, porém, de 30 de março de 1971, por força da prescrição quinquenal prevista pelo Código Civil.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de maio de 1976.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — Presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º Secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 354/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2600, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo art. 29, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EDISON HEIBEL, matrícula 242, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de (01) ano, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1955, 1956, 1958, 1965, 1973, e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de maio de 1976.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 355/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2586, de 06 de abril de 1976.

R E S O L V E :

tornar sem efeito o Decreto Legislativo nº 174/63, de 29 de janeiro de 1963, que mandou contar em favor de JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula 472, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de vinte e oito (28) anos, cinco (05) meses e vinte e oito (28) dias, compreendido entre 05 de novembro de 1934 e 03 de maio de 1962, inclusive um (01) ano de acervo por se tratar de serviços prestados ao Poder Executivo, em que está aposentada.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de maio de 1976.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º Secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 356/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2579, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 29, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CELSO FARACO, matrícula 237, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de maio de 1976.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º Secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º Secretário